



**MENSAGEM Nº 109/2025**

**Ao Exmo. Senhor**

**Karlo Aurélio Vieira do Couto**

Presidente da Câmara Municipal de Cariacica

**Senhor Presidente,**

Respeitosamente cumprimento Vossa Excelência e utilizo este instrumento para encaminhar o incluso Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre a alteração parcial do Plano Diretor Municipal (PDM) instituído pela Lei Complementar Nº 111, de 2021; modifica a Lei Nº 5.732, de 2017, que institui o Código de Obras do Município e promove alterações no Plano de Ordenamento Territorial (POT), estabelecido pelas Leis Nº 4.772, de 2010, e nº 5.301, de 2014 e dá outras providencias.

A elaboração do Plano Diretor e suas posteriores alterações são formas de efetivação do princípio da democracia participativa, nos termos dos artigos 231, § único, inciso IV e 236 da Constituição Estadual:

Constituição Estadual – ES

Art. 231. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo único. Na formulação da política de desenvolvimento urbano serão assegurados:

I - plano de uso e ocupação do solo que garanta o controle da expansão urbana, dos vazios urbanos e da especulação imobiliária, a preservação das áreas de





exploração agrícola e pecuária, além da preservação, proteção e recuperação do ambiente cultural e natural;

II - plano e programa específico de saneamento básico;

III - organização territorial das vilas e povoados;

IV - participação ativa das entidades comunitárias no estudo e no encaminhamento dos planos, e programas e projetos, na solução dos problemas que lhes sejam concernentes.

Art. 236. Os planos, programas e projetos setoriais municipais deverão integrar-se com os dos órgãos e entidades federais e estaduais, garantidos amplo conhecimento público e o livre acesso a informações a eles concernentes.

Verifica-se ser do Prefeito Municipal a iniciativa de lei que dispõe sobre o tema, nos termos do art. 53 da Lei Orgânica Municipal e art. 63 da Constituição Estadual.

A proposta apresentada foi elaborada sob a égide do Decreto nº 111/2025 e da Portaria/GP/Nº 343/2025, que instituíram o Grupo Técnico de Trabalho para revisão do PDM.

Após a análise de processos específicos, o Conselho identificou a necessidade imperativa de revisão parcial do PDM visando a correção da delimitação de zoneamentos e erros, além da incorporação de medidas de enfrentamento às mudanças climáticas, a atualização de normas urbanísticas e a necessidade de correções de normas de caráter material.

Ademais, o processo de elaboração do projeto foi conduzido sob os princípios da Gestão Democrática da Cidade e transparência, sendo caracterizado por:

1. Publicidade Institucional: Ampla divulgação em canais oficiais (digital, redes sociais, jornais digitais e outdoor).
2. Consulta Pública: Disponibilização de canal online para o recebimento de dúvidas e contribuições da sociedade.







PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Gabinete do Prefeito

3. Audiências Públicas Presenciais: Realização de 6 (seis) sessões presenciais, direcionadas às regiões diretamente impactadas pelas alterações, nas seguintes datas: 30/09/2025, 01/10/2025, 02/10/2025, 07/10/2025, 08/10/2025 e 09/10/2025.
4. Consolidação: Conclusão do ciclo participativo com a audiência pública virtual de apresentação dos resultados finais e consolidação da minuta, realizada em 18/11/2025.

Ressalta-se, que a Constituição Federal definiu o Plano Diretor como sendo o instrumento básico de política urbana, para que a propriedade cumpra efetivamente sua função social, tornando imperioso que suas disposições legais contenham normas pertinentes à orientação do desenvolvimento urbano, da expansão urbana do município e da ordenação da cidade.

Face o exposto, solicitamos a adoção dos procedimentos necessários à apreciação e votação, em **REGIME DE URGÊNCIA**, na forma prevista no artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Cariacica.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos votos de alta estima e consideração à Vossa Excelência e aos demais pares dessa Casa de Leis.

Cordialmente,

Cariacica/ES, 28 de novembro de 2025.

EUCLERIO DE  
AZEVEDO SAMPAIO  
JUNIOR:761380387  
20

Assinado de forma digital por  
EUCLERIO DE AZEVEDO  
SAMPAIO  
JUNIOR:76138038720  
Dados: 2025.11.28 10:03:20  
-03'00'

**EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**  
Prefeito Municipal





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 2021; MODIFICA A LEI Nº 5.732, DE 2017, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E PROMOVE ALTERAÇÕES NO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (POT), ESTABELECIDO PELAS LEIS Nº 4.772, DE 2010, E Nº 5.301, DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais previstas nos [artigos 46 e 90, inciso IV](#), encaminha à **CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA** o seguinte Projeto de Lei Complementar**

**Art. 1º** Altera a redação do caput Art. 1º, e inclui o § 3º e 4º no Artigo 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é o instrumento global de planejamento municipal e de implementação da política de desenvolvimento territorial, social, econômico e ambiental do Município de Cariacica, em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal e da Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei Orgânica Municipal, sendo vinculante para todos os agentes públicos e privados.

(...)

§ 3º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é compatível com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana da Grande Vitória conforme previsto pelo Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).









ondas de calor, considerando no planejamento e gestão territorial a mitigação de riscos e a adaptação a esses cenários.

XXXII - Modernizar a gestão do município, utilizando tecnologias e dados para otimizar os serviços, a tomada de decisões e a interação com a população, garantindo uma gestão inteligente para aumentar a eficiência, a transparência e a qualidade de vida dos munícipes.”

**Art. 5º** Altera o Artigo 39, com inclusão dos incisos XII e XIII, com a seguinte redação:

Art. 39 (...)

(...)

XII – a adaptação da cidade às mudanças climáticas

XIII – adoção de tecnologias para diagnóstico, controle e fiscalização do território de forma mais eficiente e integrada com os diversos setores da gestão pública.

**Art. 6º** Altera o Artigo 40, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Altera a delimitação do Perímetro Urbano conforme Anexo I desta Lei Complementar, que passa a vigorar a partir da sua publicação.

**Art. 7º** Altera o Artigo 68, alterando a redação do inciso I, incluindo o inciso XX e XXI e os parágrafos § 3º a § 10º, com a seguinte redação:

Art. 68 (...)

I - Zona de Preservação Natural – ZPN 1, 2, 3 e 4;

(...)

XX - Zonas Rural de Integração - ZRI

XXI - Zonas Especiais de Resiliência Urbana - ZERU 1, 2 e 3

(...)

§ 3º As Zonas Especiais de Resiliência Urbana (ZERU), dispostas no Anexo XIV desta Lei Complementar serão aplicadas a áreas identificadas como de alta vulnerabilidade a alagamentos e outros eventos climáticos extremos. Nessas áreas, serão estabelecidos índices urbanísticos e parâmetros de ocupação do solo





diferenciados, que se sobrepõem aos índices do zoneamento em que estejam inseridos os imóveis, visando a mitigação de riscos, a proteção ambiental e a adaptação do território às mudanças climáticas.

§ 4º Ficam definidas as seguintes Zonas Especiais de Resiliência Urbana:

- I. ZERU 1 – Bacia do Rio Itanguá
- II. ZERU 2 – Bacia do Rio Bubu
- III. ZERU 3 – Bacia do Rio Formate

§ 5º Para as Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 – ZERU 1, 2 e 3, foram definidos índices urbanísticos específicos que se sobrepõem aos demais zoneamentos com o objetivo de mitigar efeitos de eventos climáticos severos, conforme apontado no Plano Diretor de Águas Urbanas Urbanas e no Plano de Redução de Risco Geológico do Município de Cariacica.

§ 6º Para as propriedades inseridas no perímetro das Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3), estabelecem-se os seguintes parâmetros urbanísticos. Estes índices são superiores e prevalecem sobre as determinações dos zoneamentos incidentes nas áreas supracitadas:

I - Taxa de Ocupação (TO) máxima: O limite máximo para a Taxa de Ocupação é fixado em 80% (oitenta por cento).

II - Taxa de Permeabilidade (TP) mínima: A área mínima de Taxa de Permeabilidade é determinada em 20% (vinte por cento).

III - Cota de Soleira de Nível de Acesso (CSNA) mínima: A cota de soleira do pavimento de acesso deve ser estabelecida a, no mínimo, 1,20 (um metro e vinte centímetros) acima do nível médio da rua lindeira ao acesso principal.

§ 7º Para os imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3, a pavimentação deverá ser executada integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 8º Fica terminantemente vedada a utilização de pavimentos impermeáveis, incluindo, mas não se limitando, a composições à base de asfalto e outros materiais de baixa ou nula permeabilidade que comprometam a infiltração de águas pluviais no solo nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3.







§ 9º A pavimentação de logradouros públicos nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 devem ser executadas integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 10 O município deverá realizar estudos técnicos para converter áreas públicas de uso livre localizadas nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 em bacias de acumulação.

**Art. 8º** Inclui o artigo 68-A, os incisos I e II e os § 1º e § 2º com a seguinte redação:

Art. 68-A. Em imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3) e nas demais zonas de uso, a presença de taludes no lote impõe a observância dos seguintes afastamentos mínimos de qualquer tipo de edificação:

I - Afastamento da Crista do Talude: Distância mínima de 3,00 (três) metros da crista do talude.

II - Afastamento da Base do Talude: Distância mínima equivalente a 1,5 (uma vez e meia) a altura total do talude.

§ 1º Os afastamentos mínimos estabelecidos nos incisos I e II poderão ser reduzidos, desde que o projeto apresentado contemple:

- I. Apresentação de projetos específicos de fundação e contenção da estrutura.
- II. Anexação de laudo técnico de estabilidade do talude, atestando a segurança da intervenção.
- III. Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT) do profissional habilitado responsável pela execução e acompanhamento das obras.

§ 2º Em casos de intervenções que alterem o relevo no entorno de edificações já existentes ou apenas movimentação de terra não relacionada à edificação, tanto nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 quanto nos demais zoneamentos, o responsável pela intervenção assumirá integralmente a garantia da estabilidade do talude por meio de laudo técnico de segurança acompanhado de documento de responsabilidade técnica pelo laudo e/ou pela execução de contenções com projeto acompanhado de documento de responsabilidade técnica pela execução.





**Art. 9º** Altera a redação do Art. 71, incluindo o inciso IV com a seguinte redação:

Art. 71 (...)

(...)

IV - Zona de Preservação Natural Quatro – ZPN 4.

**Art. 10.** Inclui o Artigo 74-A com a seguinte redação:

Art. 74-A As Zonas de Preservação Natural Quatro – ZPN 4 são formadas por fragmentos de vegetação natural da Mata Atlântica localizadas em áreas bastante impactadas por atividades urbanas, possuindo também atividades rurais, destinadas prioritariamente a cumprir a função de amortecer os impactos negativos decorrentes da dinamização urbana.

**Art. 11.** Cria o Artigo 74-B, com a seguinte redação:

Art. 74-B. São usos permitidos nas Zonas de Preservação Natural 1, 2, 3 e 4:

I - Atividades do Grupo G4;

II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º É permitida na ZPN4 as atividades do grupo G11

§ 2º As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.

**Art. 12.** Cria o Artigo 80-A, com a seguinte redação:

Art. 80-A. São usos permitidos nas Zonas de Proteção Ambiental:

I - Atividades do Grupo G4;

II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º. As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.





**Art. 13.** Altera a redação do Artigo 87, que passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 87. Fica redefinido o perímetro do polígono do denominado “Mochuara do Futuro”, conforme o Anexo V substituído por esta Lei, na qual a referida área fica classificada como uma Zona de Expansão Agroturística Sustentável - ZEAS, com os seguintes objetivos:

- I - Valorizar a comunidade local, sua cultura, e o modo de produção familiar;
- II - promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- III - criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo, fortalecendo a economia local;
- IV - promover a execução de empreendimentos de cunho turístico, de lazer, esporte e de contemplação;
- V – regular padrões de uso e ocupação do solo específicos às peculiaridades do local, estimulando um padrão de assentamento de baixa densidade que respeite as características locais e que permita o desenvolvimento turístico.

**Art. 14.** Incluir o Artigo 87-A com a seguinte redação:

Art. 87-A. São usos permitidos na Zona de Expansão Agroturística Sustentável

- I - Atividades do Grupo GR 1;
- II - Atividades do Grupo GR 2, conforme §1º, 2º e 3º .
- III - Atividades do Grupo GR 3, conforme §2º.
- IV - Atividades do Grupo G1, conforme §3º.
- V - Atividades do Grupo G4;
- VI - Atividades do Grupo G10;
- VII - Atividades do Grupo G12.

§ 1º São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas

§ 2º São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais e turísticas permitidas no zoneamento.

§ 3º Não serão permitidas construções de edifícios residenciais e ou comerciais com mais de 03 (três) pavimentos







§ 4º São permitidas no grupo G1 atividades comerciais e de serviços essenciais para atendimento às comunidades locais, limitando-se à 600 m² de área construída.”

**Art. 15.** Inclui o inciso III no § 2º do Artigo 117, com a seguinte redação:

Art. 117 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 – Institucional local.

**Art. 16.** Altera o inciso III no § 2º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;”

**Art. 17.** Altera o inciso III no § 4º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 4º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;

**Art. 18.** Inclui o inciso II-A no § 2º do Artigo 124, com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

II-A - Atividades do Subgrupo G4 e G5 em imóveis públicos - Institucional local e municipal públicos;”





**Art. 19.** Altera o inciso II do § 6º do Artigo 124, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 6º(...)

(...)

II - Atividades do Subgrupo G4, G5 e G6 – Institucional local, municipal e regional;

**Art. 20.** Inclui o inciso V no § 2º do artigo 134 com a seguinte redação:

Art. 134 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

V - Atividades do Subgrupo G11 – Extração Mineral;

**Art. 21.** Inclui o Artigo 158-A com o parágrafo único e os incisos I a VI, com a seguinte redação:

Art. 158-A. A Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4 é composta por áreas de produção agrícola e agropecuária, no entorno de atividades consolidadas sujeitas à geração de impactos, cuja o objetivo principal é a promover minimização dos impactos e evitar a instalação de atividades conflitantes.

Parágrafo único. São objetivos da Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

I - Conter o a expansão urbana;

II - Controlar a ocupação e densidade das ocupações;

III - Promover desenvolvimento das atividades rurais;

IV - Garantir condições de escoamento da produção rural;

V - Proteção das áreas ambientais;

VI - Desestimular a implantação de atividades conflitantes com atividades de impacto.

**Art. 22.** Inclui o artigo 158-B com incisos de I a VII e parágrafos § 1º a § 3º com a seguinte redação:





Art. 158-B. São usos permitidos na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

- I - Atividades dos Subgrupos GR1 - Residencial unifamiliar
- II - Atividades dos Subgrupos GR2 conforme §1º - Residencial multifamiliar;
- III - Atividades dos Subgrupos GR3 conforme §2º – Misto;
- IV - Atividades do Subgrupo G4 e G6A - Institucional local e regional;
- V - Atividades do Subgrupo G10 – Atividades Rurais;
- VI - Atividades do Subgrupo G11 conforme §3º – Extração Mineral;
- VII - Atividades do Subgrupo G12 - Turismo.

§ 1º. São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, sendo o conjunto ocupado por pessoas do mesmo núcleo familiar.

§ 2º. São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais permitidas no zoneamento.

§ 3º. Para implantação de atividades do Grupo G11, devem ser atendidos os requisitos das Unidades de Conservação e suas respectivas Zonas de Amortecimento, fragmentos de Mata Atlântica e demais normas relacionadas.”

**Art. 23.** Inclui o artigo 158-C com a seguinte redação:

Art. 158-C. Para fins de parcelamento do solo urbano na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4, somente serão permitidos lotes ou unidades privativas com área mínima de 5.000 m², destinados aos usos listados acima.

**Art. 24.** Altera o inciso III do Artigo 167 e inclui o parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 167 (...)

(...)

III - GR3 – Misto – Edificação que integra o uso Residencial (unifamiliar ou multifamiliar) ao uso Não Residencial. A área construída do pavimento térreo deverá ser destinada, no mínimo, em 30% (trinta por cento) para usos não







residenciais (UNR) definidos como permitidos para a zona em que se insere o imóvel.

Parágrafo único. A parcela referente ao mínimo de 30% (trinta por cento) da área construída do pavimento térreo destinada ao uso não residencial poderá ser distribuída em pavimentos contíguos, condicionados ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – Acesso Direto: O acesso de pedestres deve situar-se na cota do logradouro ou apresentar desnível não superior a 1,00m (um metro) em relação ao nível da calçada;

II – Interface com o Logradouro: As unidades comerciais devem apresentar fachadas com aberturas e acessos voltados para a via, garantindo a conectividade entre as lojas e o livre acesso dos usuários."

**Art. 25.** Altera as letras "a" e "b" do inciso II do Artigo 171, que passam a vigorar com a seguinte redação;

Art. 171 (...)

(...)

II - (...)

a) Extração de baixo impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizados, exceto nos zoneamentos ZEIS 1 E 2, ZOP 1, 2 e 3; ZR 1 e 2; ZEIP; ZEIC; ZEM; SC; ZPA 1 e 2; ZPN 1, 2 e 3 e ZEAS.

(...)

b) Extração de médio e alto impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizadas nos zoneamentos ZDER 1; ZRU 3; ZRU 4, ZRI; ZRDS; ZRPD, ZRPS e ZPN 4.

**Art. 26.** Inclui o inciso VIII no Artigo 179, com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

VIII – Área de Projeção Total - a área da projeção total da edificação sobre o terreno deve considerar todos os elementos arquitetônicos que se projetam sobre o solo, incluindo beirais, marquises, varandas e outros componentes externos, e





a soma dos diversos blocos e pavimentos não deve ultrapassar a taxa de ocupação máxima permitida para o uso classificado no zoneamento.

**Art. 27.** Altera a redação do § 1º do Artigo 179 e seus incisos I e II, que passas a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

§ 1º Serão permitidos no afastamento frontal a construção dos seguintes elementos que não serão contabilizados na taxa de ocupação:

I - Escadaria ou rampa para pedestres e pessoas com deficiência para acesso ao térreo da edificação descobertos;

II – Abrigos de gás, lixo e subestação de energia desde que a área não ultrapasse 15% de ocupação da área do afastamento frontal (Testada x Afastamento Mínimo).

**Art. 28.** Altera a redação do § 4º do Artigo 179 e inclui o § 7º com os incisos I a III, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

§ 4º. Para as atividades dos subgrupos GR2, quando o 3º pavimento for de uso comum ou garagem, aplicar-se-á o critério de afastamento lateral do 1º e 2º pavimento, conforme Anexo 9.

(...)

§ 7º. Para as edificações classificadas no subgrupo GR3 (Uso Misto), quando os pavimentos primeiro (térreo/acesso), segundo, terceiro e o quarto forem destinados exclusivamente a usos comuns ou estacionamento (garagem), aplicar-se-ão as seguintes disposições:

I. O critério de afastamento lateral dos pavimentos citados (1º ao 4º) deverá seguir as especificações de afastamento lateral do 1º e 2º pavimentos contidas no Anexo 9 desta Lei;

II. Será permitida a aplicação da Taxa de Ocupação (TO) máxima de 90% (noventa por cento) nesses pavimentos;

III. Os pavimentos situados em níveis inferiores ao primeiro pavimento (subsolos) também poderão acompanhar a Taxa de Ocupação (TO) máxima de até 90% (noventa por cento), desde





**Art. 29.** Inclui no Artigo 179 os § 8º e § 9º com os incisos I e II que passam a vigorar com a seguinte redação:







e vertical), depósitos e estoque de apoio (ressalvadas as áreas de armazenagem em empreendimentos de grande porte, como galpões, logística e indústria), instalações sanitárias, áreas de serviço, abrigos de resíduos sólidos, subestações, barriletes e reservatórios.

VI – Para empreendimentos de uso comercial, as áreas destinadas a depósito, estoque ou áreas correlatas não serão consideradas no cálculo de área computável, desde que o somatório de tais áreas não exceda 50% (cinquenta por cento) da área destinada ao salão de vendas ou consumo (área de comercialização de bens e serviços).

**Art. 31.** O caput do Art. 182 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 182 O dimensionamento do número mínimo de vagas de estacionamento para veículos (automóveis, motocicletas e bicicletas), exigidos para as diferentes atividades e respectivos grupamentos de uso nas diversas Zonas Urbanísticas, serão definidos conforme o disposto no Anexo 10 desta Lei.”

**Art. 32.** Revoga o Artigo 183.

**Art. 33.** Altera o caput do Artigo 189, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 189. O parcelamento do solo para fins urbanos deve respeitar as características físicas e da infraestrutura do sistema viário, bem como exigências de área mínima e testada mínima do lote:

**Art. 34.** O caput do Art. 236 passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o Anexo XI e promovendo-se a inclusão dos os anexos XIV, XV e XVI e substituição dos anexos I, II, III, V, VI, VII, X, conforme a nova composição:

Art. 236. Os mapas e tabelas que integram esta Lei, na forma de dezesseis anexos numerados de 1 (um) a 16 (dezesseis), passam a vigorar com a seguinte composição e denominação:





- I - Anexo 01 – Perímetro Urbano e Rural com regiões administrativas e bairros;
- II - Anexo 02 – Macrozoneamento;
- III - Anexo 03 – Zoneamento;
- IV - Anexo 04 – Unidades de Conservação;
- V - Anexo 05 – Mochuara do Futuro - Zona de Expansão Agroturística Sustentável (ZEAS);
- VI - Anexo 06 – Tabela de Usos Permitidos;
- VII - Anexo 07 - Tabelas de Índices Urbanísticos;
- VIII - Anexo 08 – Tabela de afastamento frontal;
- IX - Anexo 09 – Tabela de afastamentos lateral e fundos;
- X - Anexo 10 - Áreas destinadas ao estacionamento de automóveis, motos e bicicletas
- XI - Anexo 11 – (revogado)
- XII - Anexo 12 – Áreas destinadas ao embarque e desembarque de passageiros;
- XIII - Anexo 13 – Áreas destinadas à carga e descarga de mercadorias.
- XIV – Anexo 14 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1 (ZERU 1)
- XV – Anexo 15 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 2 (ZERU 2)
- XVI – Anexo 16 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 3 (ZERU 3)”

**Art. 35.** Inclui no TÍTULO VIII o CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE.

**Art. 36.** Inclui o Artigo 234-A no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-A O Plano Diretor Municipal, em consonância com os princípios da sustentabilidade, inovação e inclusão social, adota o conceito de Cidade Inteligente como diretriz fundamental para o desenvolvimento urbano de Cariacica. Este capítulo estabelece as bases para a integração de tecnologias e processos inovadores no planejamento e gestão do território municipal.

**Art. 37.** Inclui o Artigo 234-B no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:



Art. 234-B. Para os fins deste Plano Diretor, entende-se por Cidade Inteligente o ambiente urbano que utiliza tecnologia e inovação para otimizar a infraestrutura, a gestão dos recursos e os serviços públicos, promovendo a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a eficiência econômica e a participação cidadã.

**Art. 38.** Inclui a Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

**Art. 39.** Inclui o artigo 234-C e incisos I a V na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-C. São objetivos gerais da abordagem de Cidade Inteligente neste Plano Diretor:

- I - Promover o desenvolvimento urbano sustentável, utilizando soluções tecnológicas para otimizar o uso dos recursos naturais e reduzir impactos ambientais;
- II - Priorizar a qualidade de vida do cidadão, gerenciando, implementando e prestando serviços por meio de ferramentas e metodologias inovadoras, que promovem o desenvolvimento local urbano e rural integrado, competitivo, resiliente, sustentável, inovador e participativo.
- III - Fomentar a inovação e o empreendedorismo, atraindo investimentos e gerando novas oportunidades econômicas;
- IV - Fortalecer a participação cidadã e a governança, tornando a gestão municipal mais transparente, colaborativa e responsiva às demandas da sociedade.
- V - Promover a universalização do acesso à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações, de modo a garantir a prestação estável, com qualidade, segurança, e tarifas módicas e preços justos e razoáveis.

**Art. 40.** Inclui o artigo 234-D e incisos I a IX na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:







IX - Engajar a educação tecnológica como ferramenta para a transformação social, mediante o apoio progressivo e capacitação de cidadãos residentes em áreas vulneráveis, no âmbito das ações de inovação e Cidade Inteligente adotadas por força desta Lei, e do Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente que deverá ser elaborado em consonância com o Plano Diretor Municipal.

**Art. 42.** Inclui o artigo 234-E e incisos I a VI na Seção II - Das Diretrizes para a Implementação do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:





VI - Sustentabilidade e Resiliência: Priorizar soluções que contribuam para a redução da pegada ecológica da cidade, a adaptação às mudanças climáticas e a construção de uma cidade mais resiliente a desastres.

I - Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente: Elaboração de um plano específico, complementar a este Plano Diretor, detalhando as estratégias.





projetos, metas e indicadores de desempenho para cada eixo temático da Cidade Inteligente.

II - Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Cariacica (SMCTI): Formalização do SMIT que tem por objetivo estimular, organizar e apoiar ecossistemas e mecanismos de inovação no município.

III - Fundo Municipal de Inovação: Criação de um fundo específico para financiar projetos e iniciativas de inovação e tecnologia voltados para o desenvolvimento da cidade inteligente.

IV - Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões: Utilização de PPPs e concessões para a implementação de projetos de infraestrutura e serviços baseados em tecnologia.

V - Grupo de Trabalho Intersectorial: Criação de um grupo de trabalho permanente, composto por representantes de diferentes secretarias municipais, setor privado e sociedade civil, para coordenar as ações de Cidade Inteligente.

VI - Indicadores de Desempenho (KPIs): Definição de indicadores claros e mensuráveis para monitorar o progresso na implementação das estratégias de Cidade Inteligente, alinhados com padrões internacionais (como as normas ISO 37120, ISO 37122 e ISO 37123 e suas atualizações).

VII - Revisão Periódica: Este capítulo e as estratégias de Cidade Inteligente serão revistos periodicamente, a cada período de 5 anos, para se adaptar às novas tecnologias, demandas urbanas e ao Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente.

**Art. 45.** Inclui o artigo 234-G e parágrafos §1º e §2º na Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-G. As ações e projetos decorrentes da abordagem de Cidade Inteligente deverão estar em conformidade com as demais disposições deste Plano Diretor, em especial aquelas relativas ao zoneamento, uso e ocupação do solo, e diretrizes ambientais, buscando a integração de serviços e informações entre órgãos e entidades locais.

§ 1º. O desenvolvimento das atividades deverão priorizar a promoção de espaços públicos para incentivar e proporcionar à população o desenvolvimento da criatividade e da inovação.







§ 2º. Focar na prevenção de eventos críticos devendo prever respostas eficazes em caso da ocorrência de desastres, acidentes ou situações de calamidade em território municipal.

**Art. 46.** Altera o inciso VIII e LVIII do artigo 235, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 235. (...)

(...)

VIII - Área computável - Toda a área construída coberta, atendendo os requisitos do Art. 180.

(...)

XI - Área Non aedificandi (área não edificante) – faixa ao logo dos corpos d'água e de domínio público das rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão de energia elétrica, linhas de tubulação sanitária, ou outras nas quais não seja permitido construir, conforme legislações pertinente. Nas faixas não edificantes de rodovias que incidam sobre imóveis privados poderão ser instalados totens, cancelas de acesso para veículos, cerca de alambrado, muretas baixas e contenções necessárias. Essas áreas poderão ser consideradas para cálculo urbanísticos e para implantação de vagas de estacionamento descobertas para veículos.

(...)

LVIII - Uso misto - é a utilização do mesmo lote e da mesma edificação por mais de uma categoria de uso, conforme Art. 167, inciso III.

**Art. 47.** O Artigo 62 da Lei nº 5.732, de 2017, passa a vigorar com a alteração de redação do inciso VI e a inclusão do inciso XI, nos seguintes termos:

Art. 62 (...)

VI - Parâmetros Técnicos para Rebaixo de Guia: É vedado o rebaixamento da guia em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) da testada do lote. A inclinação da rampa de rebaixo para acesso de veículos deverá ser de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento). A projeção do rebaixo não poderá exceder a largura de 0,60 m (sessenta centímetros), devendo ser preservada a largura mínima da faixa livre de passeio de 0,80 m (oitenta centímetros).

(...)





XI - Condição Excepcional para Lotes de Testada Reduzida: Para lotes com testada inferior a 7,00 m (sete metros), será admitido o rebaixo de calçada em até 70% (setenta por cento) da dimensão da testada. Esta permissão está condicionada ao integral cumprimento das normas técnicas de acessibilidade vigentes, em especial a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Art. 48.** Altera o §3º no Art. 158 da Lei 5732/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 158. (...)

§3º. Considera-se Residencial Multifamiliar Compacto, doravante denominado Studio/Quitinete/Kitnet, como tipologia habitacional caracterizada pela concentração das funções de estar, dormir e cozinhar em um único ambiente, sendo o sanitário o único cômodo de uso obrigatório a ser segregado/isolado do ambiente principal por paredes e porta, garantindo a privacidade e a higiene.

I. Área Mínima Privativa: A área mínima privativa para a unidade Studio/Kitnet é estabelecida em área mínima de 25 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) quando os ambientes forem integrados ou para ambientes segregados, atendendo às áreas mínimas dispostas no Artigo 159, garantindo a habitabilidade e o conforto aos ambientes.

II. Para fins desta Lei, a classificação de Studio/Quitinete/Kitnet é aplicada a unidades com área privativa que não exceda 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) incluindo varandas, áreas técnicas, entre outros, respeitada a regra de compartimentação de cômodo sanitário segregado obrigatório. Unidades acima desta metragem e que possuam mais de 01 (um) quarto, serão classificadas como apartamentos residenciais multifamiliares tradicionais, devendo atender aos requisitos das legislações vigentes para esse uso.

**Art. 49.** O Art. 1º da Lei nº 5.301, de 1º de dezembro de 2014, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O Perímetro Urbano municipal é definido no Plano Diretor Municipal.



[illegible]





CARIACICA

PERÍMETRO  
URBANO  
E RURAL

REGIÕES

BAIRROS

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO I

2025

## LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL (IBGE)
- MUNICÍPIOS VIZINHOS
- BAÍA DE VITÓRIA
- PERÍMETRO URBANO

## REGIÕES

- REGIÃO 1 - (URBANA)
- REGIÃO 2 - (URBANA)
- REGIÃO 3 - (URBANA)
- REGIÃO 4 - (URBANA)
- REGIÃO 5 - (URBANA)
- REGIÃO 6 - (URBANA)
- REGIÃO 7 - (URBANA)
- REGIÃO 8 - (URBANA)
- REGIÃO 9 - (URBANA)
- REGIÃO 10 - (URBANA)
- REGIÃO 11 - (URBANA)
- REGIÃO 12 - (URBANA)
- REGIÃO 13 - (RURAL)
- REGIÃO 14 - (RURAL)



ESCALA 1:30000

PROJEÇÃO: UTM UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S MERIDIANO CENTRAL 39°  
LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 477/2010

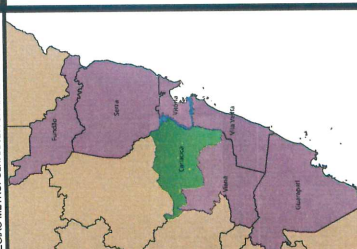
ELABORAÇÃO: GP/SEMDEC

DATA: 02/09/2025

## LISTAGEM DOS BAIRROS

1 - CRUZILHO DO SOL	31 - SÃO BERNARDO	61 - NOVA ROSA DA VITÓRIA	91 - SÃO DOMINGOS
2 - VARGEM DA GAMA	32 - CASTELO BRANCO	62 - VILA PARAISSO	92 - FORTUNA
3 - SÃO FRANCISCO	33 - VISTA MAI	63 - NOVA CANAL	93 - VALE DOS REIS
4 - VILA ALVATINA	34 - ESPERANÇA	64 - PORTO NOVO	94 - NOVO MARCEL
5 - RUA LIA PERNA	35 - BELA ALBERIA	65 - PRESIDENTE NEZES	95 - NOVA CAMPUS GRANDE
6 - TRAPICHE	36 - HANGAR	66 - FIDAL I	96 - VISTA DOURADA
7 - JARDIM ESTRELO	37 - BOA SORTE	67 - RETIRO JARDIM	97 - HADRI
8 - SANTA BERNARDE	38 - SÃO DOMINGOS	68 - GRANA	98 - VILA INDEPENDÊNCIA
9 - HONORÁRIOS DE SANTA FE	39 - JARDIM CRUZ	69 - FIDAL II	99 - FIDAL II
10 - SANTA PAULA	40 - JARDIM CRUZ	70 - PORTO DE SANTANA	100 - NOVA ESPERANÇA
11 - BELA VISTA	41 - CHALGAS BOM	71 - NOVA VALERIE	101 - CERRADO
12 - VISTA LINDA	42 - SÃO GERALDO	72 - BUBU	102 - VILA CARPANA
13 - VILA SAMUEL	43 - PARQUE GRAMADO	73 - CAMPO VERDE	103 - CAMPO GRANDE
14 - HANGAR	44 - RIO PARANÁ	74 - VILA RINCEIRO	104 - VILA ESPERANÇA
15 - CACIACA	45 - POÇO DO RIO BRANCO	75 - ITINGA	105 - VILA ESPERANÇA
16 - ALGUA BOMAS	46 - BARRAGEM	76 - PLANETIA	106 - CAMPUS GRANDE
17 - JARDIM DE ALAN	47 - ALCEU COSTA	77 - SANTANA	107 - SANTO ANGELO
18 - JARDIM GABRIEL	48 - ANTONIO FERREIRA BORGES	78 - TAMARA	108 - FORMATE
19 - JARDIM CAMPO GRANDE	49 - CACIACA BOM	79 - SANTO ANTONIO	109 - FORMATE
20 - CAMPO BRILHO	50 - PROCUA	80 - NOVO HORIZONTE	110 - SÃO GERALDO II

## LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CARIACICA  
ANEXO II  
MACROZONEAMENTO  
LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)  
2025

LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL  
MUNICIPIOS VIZINHOS  
BAÍA DE VITÓRIA

MACROZONEAMENTO

- MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO  
MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
MACROZONA DE INTEGRAÇÃO RURAL  
MACROZONA DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO  
MACROZONA DE OCUPAÇÃO LIMITADA  
MACROZONA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL  
MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL  
MACROZONA DE TRANSIÇÃO E APOIO



ESCALA: 1:30000  
PROJEÇÃO: UTM (UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S / MERIDIANO CENTRAL -38°  
LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 47/2010  
ELABORAÇÃO: GRUPO DE ELABORAÇÃO  
DATA: 02/09/2025



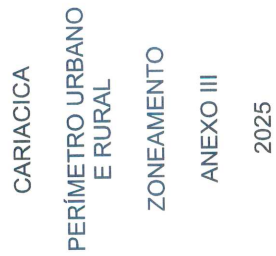
Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





## LEGENDA

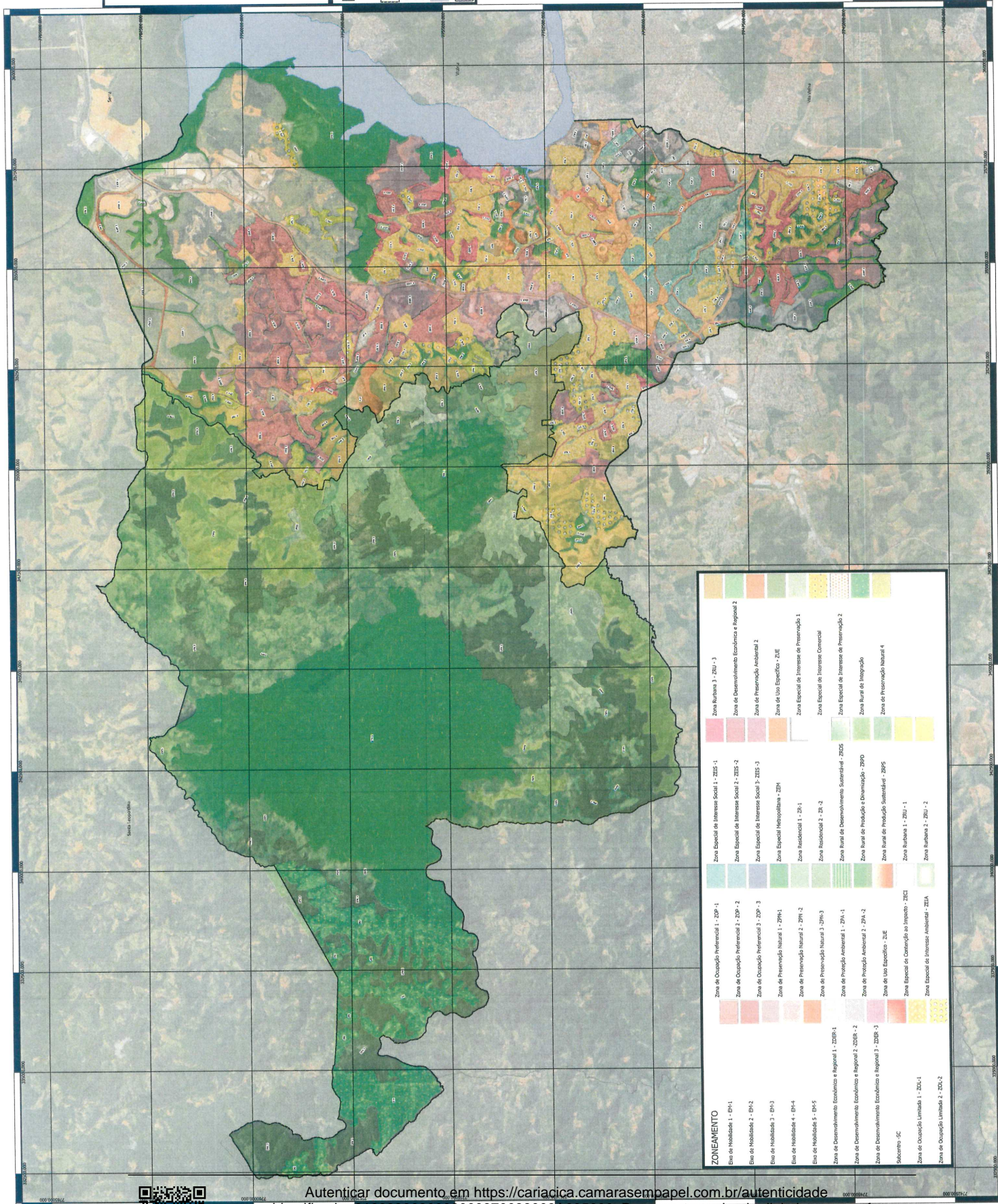
LIMITE MUNICIPAL (IBGE)  
MUNICIPIOS VIZINHOS  
BAÍA DE VITÓRIA  
PERIMETRO URBANO



ESCALA: 1:30000

PROJEÇÃO: UTM (UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°  
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014

ELABORAÇÃO: GPU/SENDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





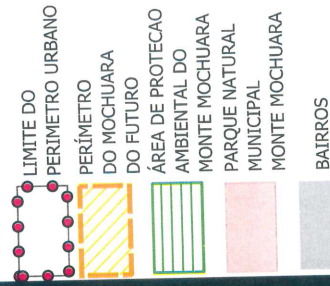
CARIACICA

MOCHUARA DO FUTURO

LEI COMPLEMENTAR 111/2021  
(PLANO DIRETOR MUNICIPAL)

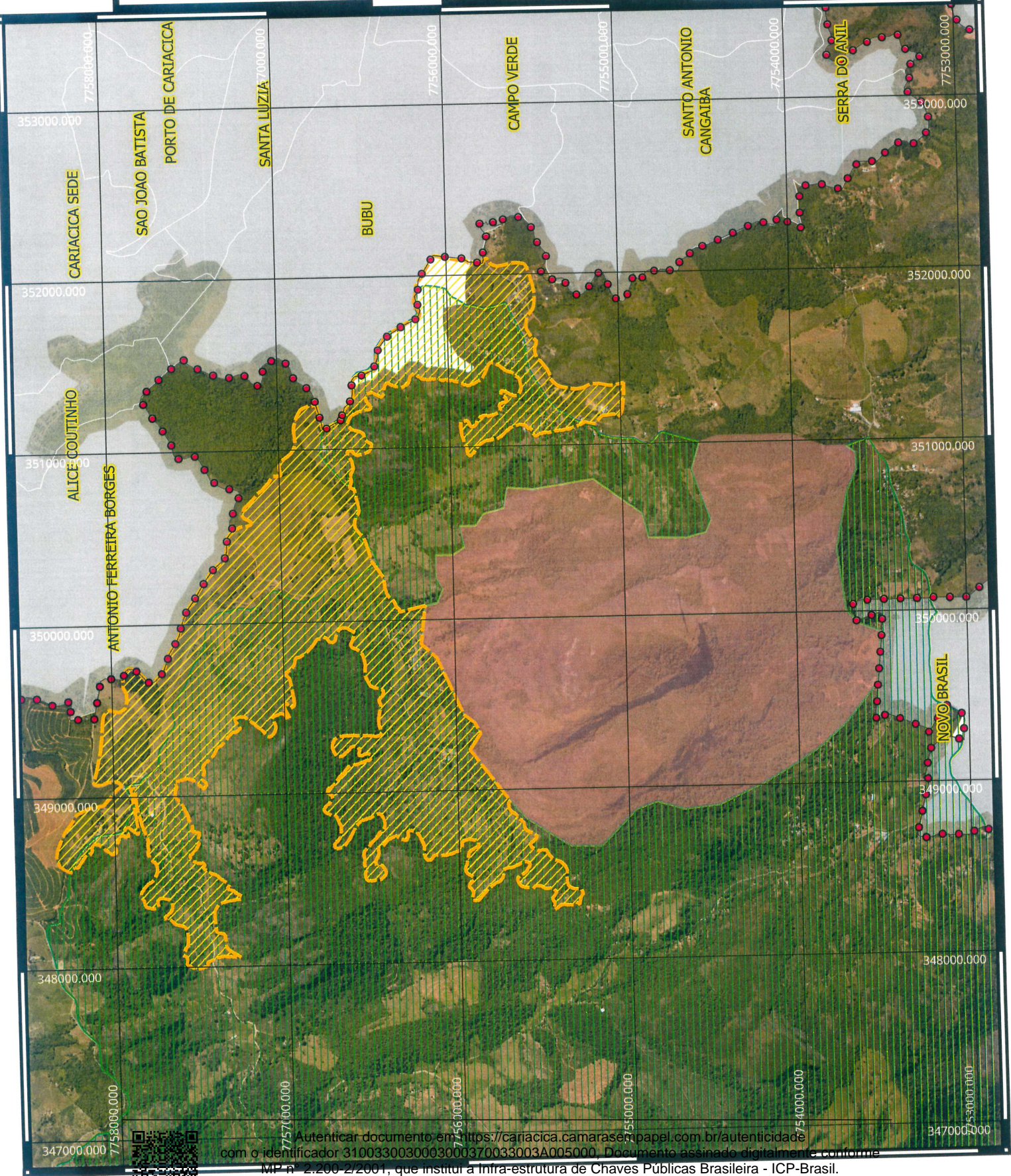
ANEXO V

2025



0 500 1.000 m

ESCALA: 1:20.000  
PROJEÇÃO: UTM UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR  
DATUM: SIRGAS 2000 / ZONA 24 S / MERIDIANO CENTRAL -39°  
LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 472/2010  
ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em: <https://cariacica.camarasem.papel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000. Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VI USOS PERMITIDOS																
ZONEAMENTOS	Grupo Residencial			Grupo Comércio, Serviço e Institucional						Grupo Industrial			Grupo Rural e Turismo			
	UNIFAMILIAR - GR1	MULTIFAMILIAR - GR2	MISTO - GR3	COMERCIAL E SERVIÇOS LOCAL - G1 (< 600)	COMERCIAL E SERVIÇOS MUNCIPAL - G2 (ATE 3000)	COMERCIAL E SERVIÇOS REGIONAL - G3(>3000)	INSTITUCIONAL LOCAL - G4 (<3000)	INSTITUCIONAL MUNICIPAL - G5 (até 10.000)	INSTITUCIONAL REGIONAL - G6 (>10.000)	INSTITUCIONAL REGIONAL - G6A (presídios)	INDUSTRIAL I - G7 (ATÉ 600)	INDUSTRIAL II - G8 (ATÉ 2000)	INDUSTRIAL III - G9 (ACIMA DE 2000)	GRUPO ESPECIAL (RURAL/ZRU) - G10	EXTRAÇÃO MINERAL - G11	GRUPO ESPECIAL - TURISMO G12
ZOL	ZOL 1	P	P	P	NP	NP	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	ZOL 2	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZEIS 1	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP
	ZEIS 2	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P*	NP
ZEIS	ZEIS 3	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZOP 1	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZOP 2	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZOP 3	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
ZR	ZR 1	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZR 2	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIC	P	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZECI	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP
ZDER	ZDER 1	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	P	P	P	NP	P*	NP
	ZDER 2	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	NP
	ZDER 3	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZEM	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
ZEIP	SC	NP	NP	P	P	NP	P	P	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZUE	NP	NP	NP	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIP 1	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIP 2	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZRU	ZEIA	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 1 (400)	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 2 (1000)	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 3 (5000)	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
ZPA	ZRU 4 (5000)	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	NP
	ZPA 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPA 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZPN	ZPN 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 3	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P
	ZPN 4	NP	NP	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	NP	NP	P	P
	EM 1	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	P*	P
EM	EM 2	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 3	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 4 - BR 447	NP	NP	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 4 -Av. Bernardo Simmer	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
ZONAS RURAIS	EM 5	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRI	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRDS	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRPD	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P*	P
ZONAS RURAIS	ZRPS	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZEAS	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	P

- OBSERVAÇÕES:**
- Entende-se como Uso Misto, uma mesma edificação ou complexo com uso residencial + outro uso permitido no zoneamento, desde que o uso não residencial ocupe pelo menos 30% do pavimento térreo.
  - P1 - São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, sendo o conjunto ocupado preferencialmente por pessoas do mesmo núcleo familiar.
  - P3 - São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais permitidas no zoneamento.
  - P3 - São permitidas no grupo G1 atividades comerciais e de serviços essenciais para atendimento às comunidades locais, limitando-se à 600 m² de área construída.
  - P\* - De acordo com o art. 171.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO X				
ÁREAS DESTINADAS AO ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS, MOTOS E BICICLETAS				
	Tipo de Empreendimento	Requisitos Mínimos de Vagas (Carros)	Requisitos Mínimos de Vagas (Motos)	Requisitos Mínimos de Vagas (Bicicletas, Bicycletas Elétricas)
1.	Residencial Unifamiliar	1 vaga por unidade	Isento	1 vaga por unidade
2.	Residencial Multifamiliar	1 vaga por unidade	Isento	1 vaga por unidade
3.	Residencial Multifamiliar de Interesse Social	1 vaga a cada 3 unidades	1 vaga a cada 4 unidades	1 vaga por unidade
4.	Residencial Multifamiliar Compacto (Studio/Quilnete/Kitnet)	1 vaga a cada 3 unidades	1 vaga a cada 6 unidades	1 vaga por unidade
5.	Lojas / Salas comerciais isoladas ou em conjunto que totalizem até 200 m² de área construída.	Isento	Isento	1 vaga a cada 30 m² de área construída. Obs. As vagas podem ser paraciclôs, desde que atenda às normas específicas.
6.	Lojas / Salas comerciais acima de 200 m² de área construída.	1 vaga a cada 35 m² de área computável.	1 vaga a cada 100 m² de área computável.	Até 100 m²: 1 vaga a cada 25 m². Acima de 100 m² a 500 m²: 1 vaga a cada 40 m². Acima de 500 m²: 1 vaga a cada 50 m². Obs. As vagas podem ser paraciclôs, desde que atenda às normas específicas. As vagas são determinadas pela área computável.
7.	Lojas / Salas comerciais térmicas de edifícios de uso misto (Lojas + Multifamiliar)	Isento	Isento	Até 100 m²: 1 vaga a cada 25 m². Acima de 100 m² a 500 m²: 1 vaga a cada 40 m². Acima de 500 m²: 1 vaga a cada 50 m². Obs. As vagas podem ser paraciclôs, desde que atenda às normas específicas. As vagas são determinadas pela área computável.
8.	Centro comercial / Shopping center	1 vaga a cada 35 m² computável	1 vaga a cada 6 vagas de carro	Até 5000 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² Acima de 5000 m² área computável: 1 vaga a cada 200 m² no excedente
9.	Supermercado / Hipermercado / Horto Mercado	1 vaga a cada 25 m², computável.	1 vaga a cada 6 vagas de carro	Até 1000 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² Acima de 1000 m² de área computável: 1 vaga a cada 100 m² no excedente
10.	Hospital, Clínicas e similares	Até 600m²: 1 vaga a cada 35m² de área de atendimento e administrativa. Acima de 600m²: 1 vaga a cada 50m² de área de atendimento e administrativa	1 vaga a cada 200 m² de área de atendimento e administrativa.	Até 600m²: 1 vaga a cada 35m² de área de atendimento e administrativa. Acima de 600m²: 1 vaga a cada 50m² de área de atendimento e administrativa
11.	Posto de Gasolina	Se não loja de conveniência: 1 vaga a cada 35m² de área construída (não considerando a área de abastecimento). Se tiver loja de conveniência: 1 vaga a cada 25 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento)	1 vaga a cada 50 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento).	1 vaga a cada 50 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento).
12.	Templo Religioso (igrejas)	Até 150 m² área destinada ao culto: Isento Acima de 150 m² de área destinada ao culto: 1 vaga a cada 20 m² no excedente	Até 150 m² de público: Isento Acima de 150 m² de área de público: 1 vaga a cada 70 m² no excedente	1 vaga a cada 50 m² de área de público
13.	Centro de eventos / convenções / sala de reuniões / centro cultural / clubes	Até 1000 m²: 1 vaga a cada 35 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 50 m² no excedente a 1000m² Acima de 5000 m² (clubes): 1 vaga a cada 75 m², para o que exceder a 5.000m² OBS: Considerar área computável	1 vaga a cada 6 vagas de carro	1 vaga a cada 100 m² de área de público
15.	Hotel / Apart hotel	1 vaga a cada 4 apartamentos	1 vaga a cada 6 apartamentos	1 vaga a cada 100 m² de administrativo
17.	Estabelecimentos de Ensino infantil, fundamental e médio	1 vaga a cada 50 m² de área de sala de aula + área administrativa	1 vaga a cada 250 m² de área de sala de aula + área administrativa	1 vaga a cada 15 m² de área de sala de aula
18.	Estabelecimentos de Ensino superior	Ensino superior: 1 vaga a cada 25 m² de área de sala de aula + administrativo	1 vaga a cada 125 m² de área de sala de aula + administrativo	1 vaga a cada 15 m² de área de sala de aula + administrativo
19.	Base de Pesquisa Científica e/ou alojamento para pesquisadores/ Base Administrativa / Base de Apoio para Parques Ecológicos que recebe ou não público	1 vaga a cada 100 m²	1 vaga a cada 100 m²	1 vaga a cada 50 m²
20.	Galpão / centrais de distribuição	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 500 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 1000 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 70 m² Produção/armazenamento: Até 1000 m²: 1 vaga a cada 200 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 1000 m² no excedente
21.	Entretenimento noturno / casa de shows e festas	Até 750 m² de área computável: 1 vaga a cada 25 m² Acima de 750 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² no excedente a 750,00m² (ver se está a lei)	1 vaga a cada 150 m² de área computável	1 vaga a cada 100 m² de área computável
22.	Indústria (Atividades de Fabricação)	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 500 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 1000 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 70 m² Produção/armazenamento: Até 1000 m²: 1 vaga a cada 250 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 1000 m² no excedente
23.	Academia de esportes, dança e similares	1 vaga a cada 50 m² de área computável.	1 vaga a cada 70 m² de área computável.	1 vaga a cada 40 m² de área computável.

Obs 1: 30 % das vagas de bicicletas podem ser demarcadas com uso de paraciclô.



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO XIV

ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO BUBU

2025

#### LEGENDA

 LIMITE DE BAIRROS

 LIMITES ZERU BUBU

 ZPA RIO BUBU



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO XV

ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO  
ITANGUA

2025

LEGENDA

LIMITES ZERU ITANGUA



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000. Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO XVII

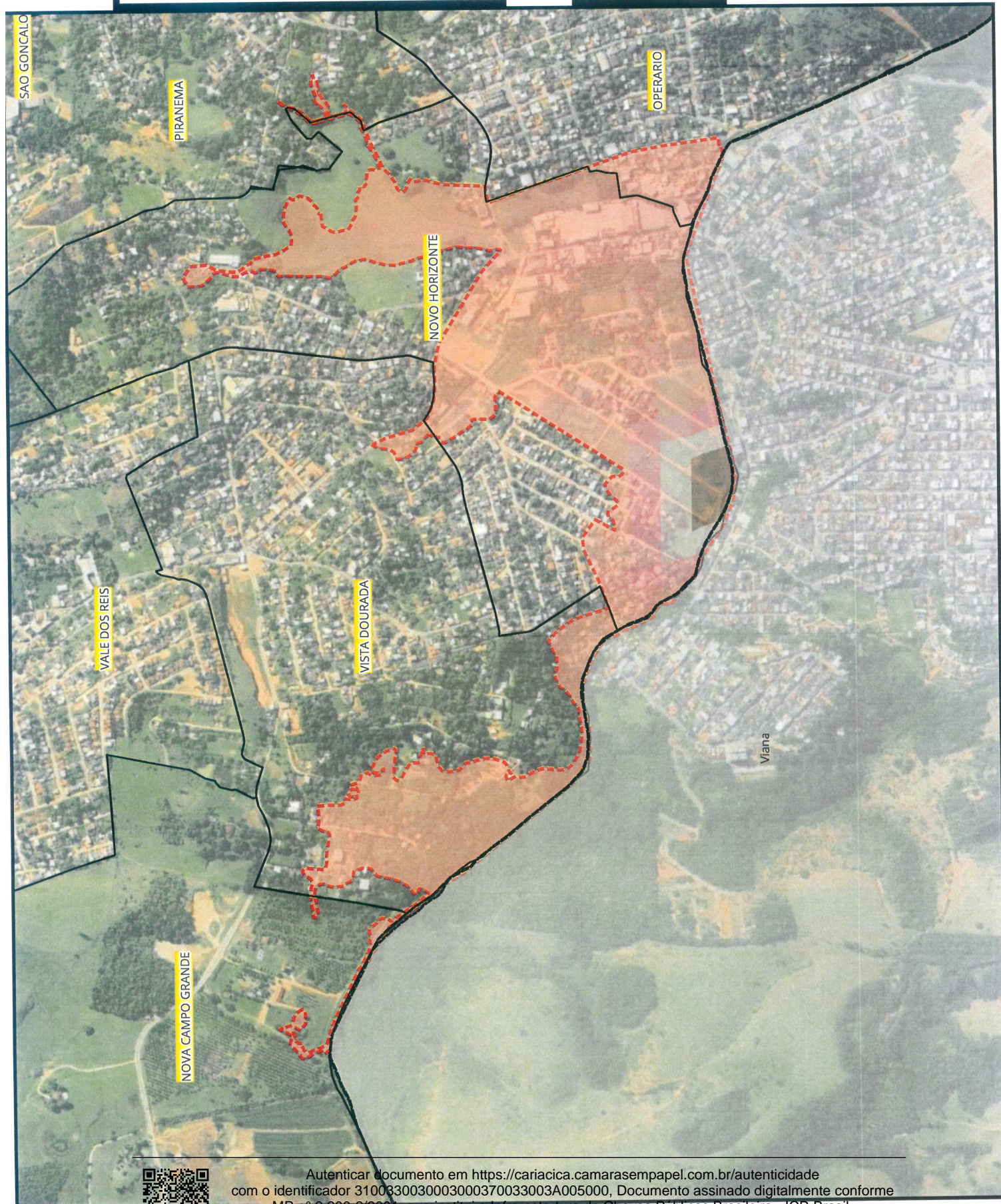
ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO  
FORMATE  
(PARTE NORTE)

2025

#### LEGENDA

-  ZERU RIO FORMATE
-  LIMITE MUNICIPAL
-  PERIMETRO URBANO
-  MUNICIPIOS VIZINHOS
-  LIMITES DOS BAIRROS



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

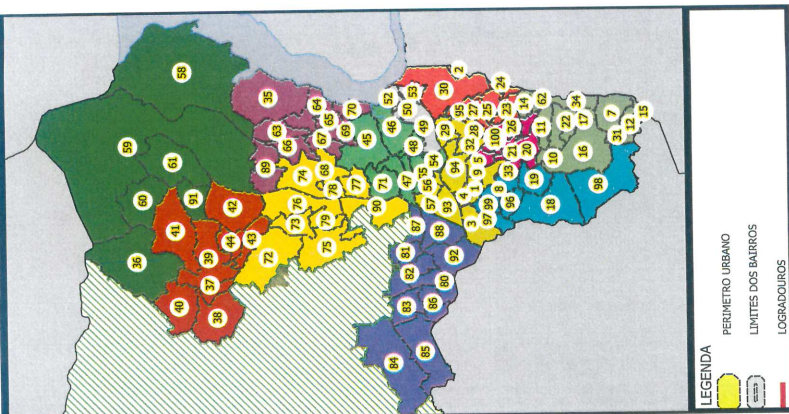




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
PADRE GABRIEL



LEGENDA  
PERÍMETRO URBANO  
LIMITES DOS BAIRROS  
LOGRADOUROS

0 100 200 m

ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)

DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021

LEI Nº051/2014

LEI Nº4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

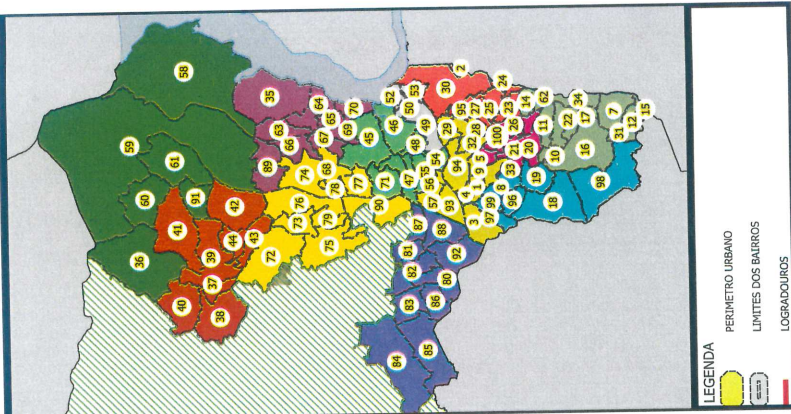




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
FOZ DO RIO BUBU



ESCALA: 1:30000

PROJEÇÃO: UTM (UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 472/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

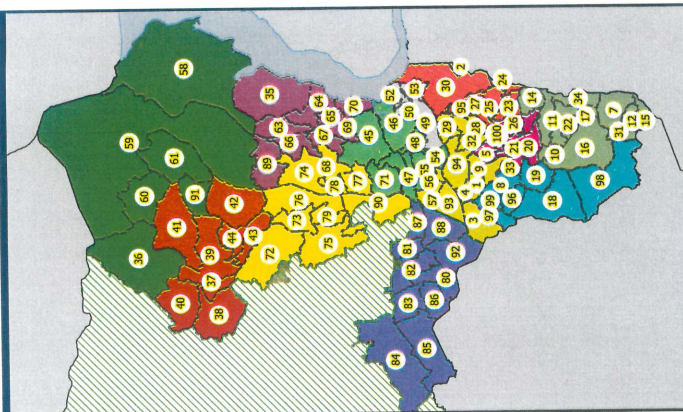




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
ALICE COUTINHO



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S; MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 472/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

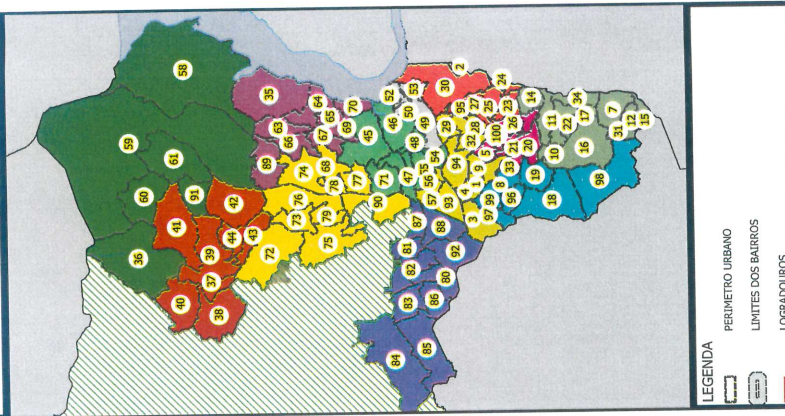




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
ALICE COUTINHO



0 100 200 m  
1:1

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°  
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°472/2010  
ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://caracica.camara.sempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

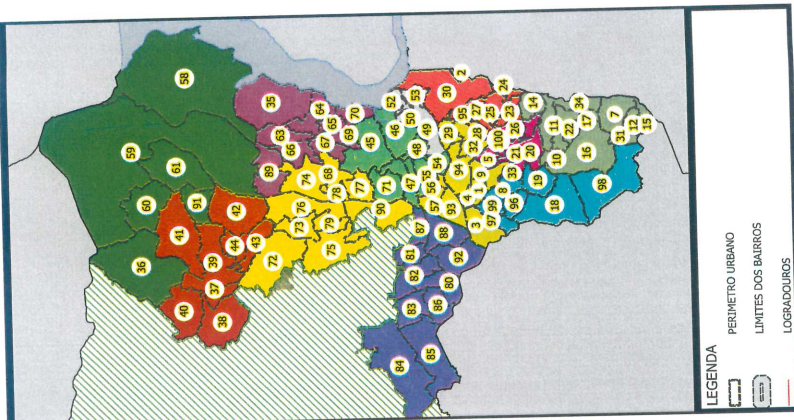




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
BUBU



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOCAIS DOURADOS

0 100 200 m  
1:15.000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL - 39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

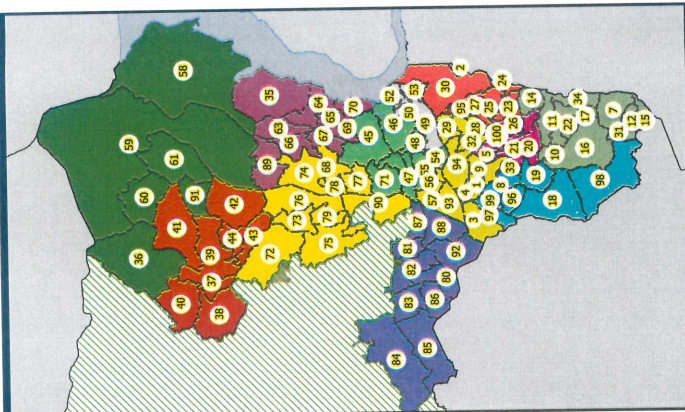




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
CANGAÍBA



LEGENDA

- PERÍMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS

0 100 200 m  
1:5.000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2021  
LEI Nº 051/2014  
LEI Nº 472/2010

ELABORAÇÃO: GP/USEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

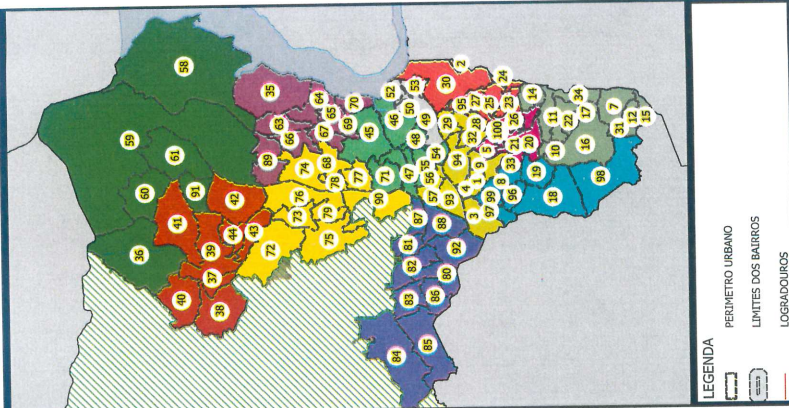




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
SAO GONCALO



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S( MERIDIANO CENTRAL -38°)

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
LEI Nº051/2014  
LEI Nº472/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

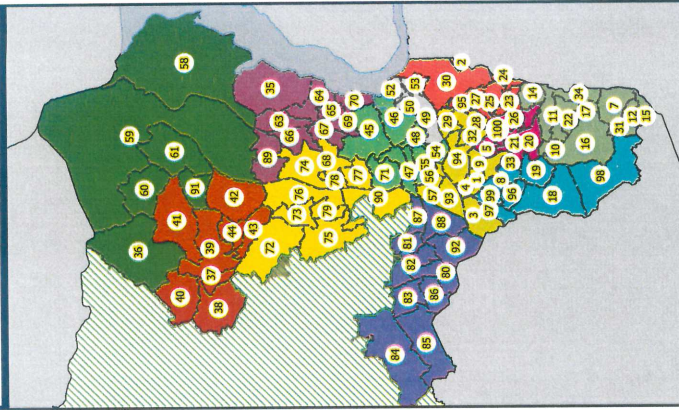




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
PIRANEMA



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S( MERIDIANO CENTRAL -39°)

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
LEI Nº051/2014  
LEI Nº472/2010

ELABORAÇÃO: GPUSEMDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariaca.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

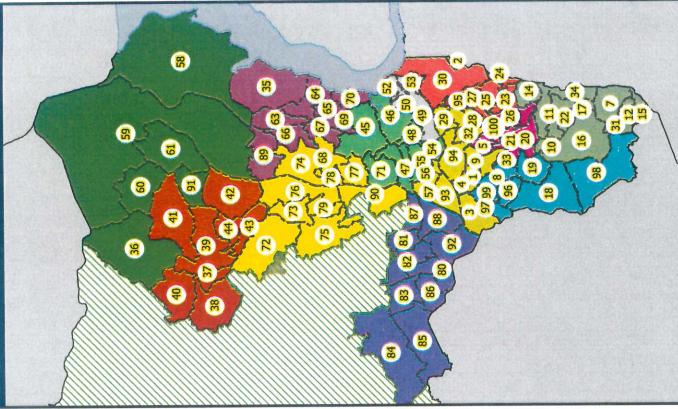




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
VALE DOS REIS



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR (Y)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI Nº 5301/20214  
LEI Nº 4772/2010

ELABORAÇÃO: GRUPEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330033000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

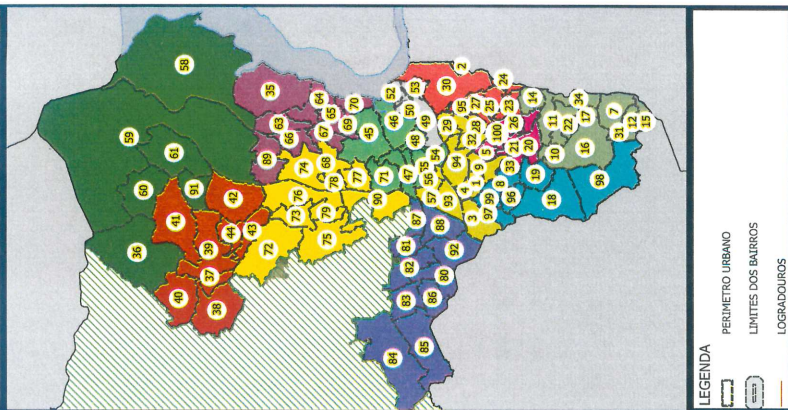




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
NOVO BRASIL



PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATORY  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

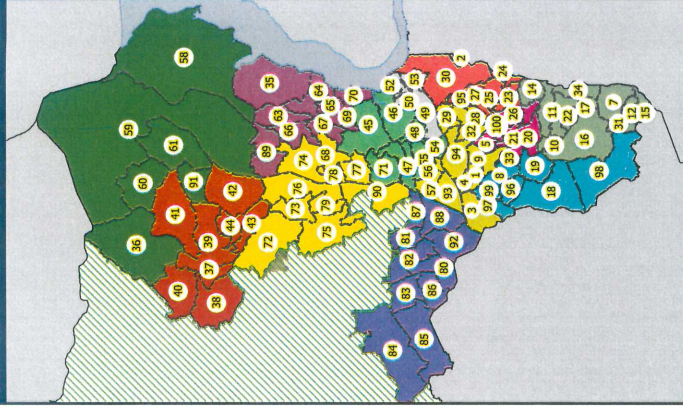




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
NOVA CAMPO GRANDE



LEGENDA  
PERIMETRO URBANO  
LIMITES DOS BAIRROS  
LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATORY  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -38°  
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010  
ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

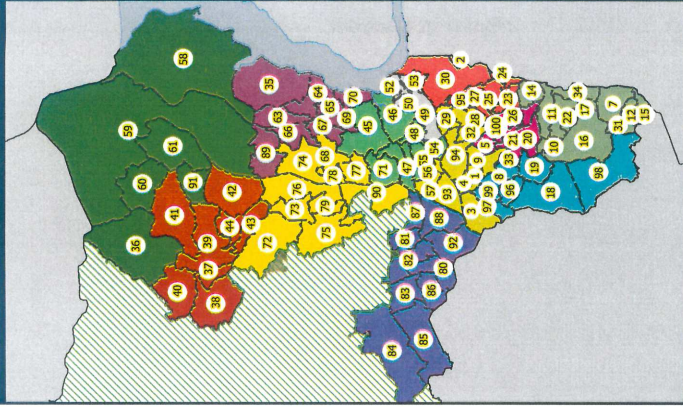




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
MUCURI



LEGENDA  
PERIMETRO URBANO  
LIMITES DOS BAIRROS  
LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATORY  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021

LEI N°951/2014

LEI N°477/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

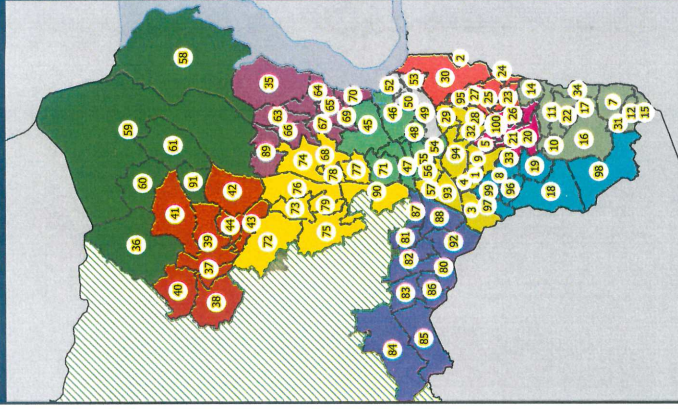




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
SERRA DO ANIL



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -38°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°472/2010

ELABORAÇÃO: GP/USEMDEC  
DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

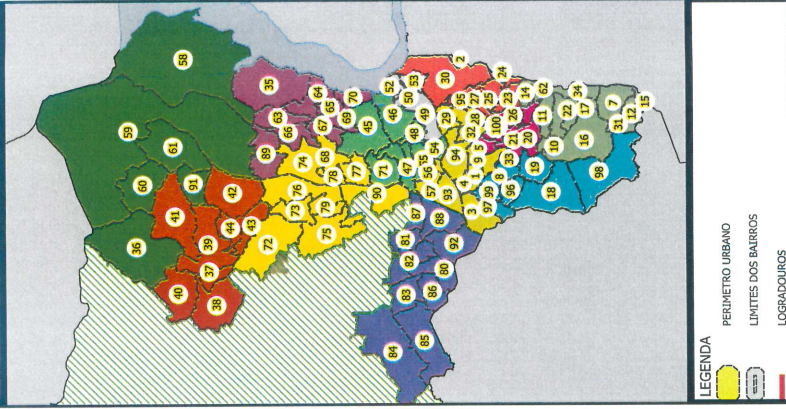




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
CAMPINA GRANDE



0 100 200 m

ESCALA 1:30000

PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°477/20210

ELABORAÇÃO: GRUISEMEDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

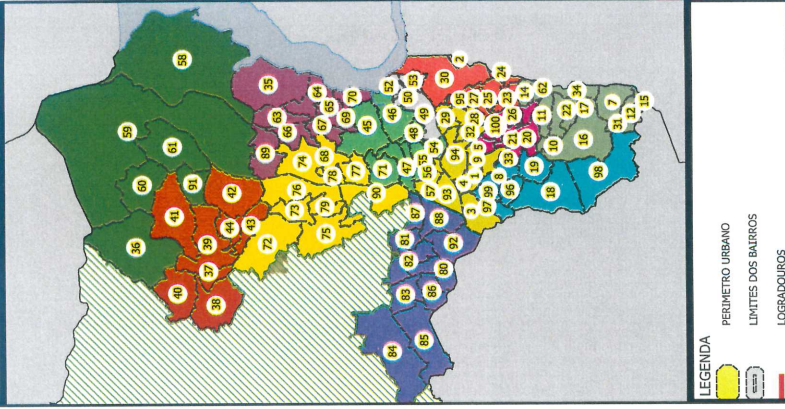




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
FORMATE



0 100 200 m

ESCALA 1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -38°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GRUISEMEDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 310033003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





Autenticar documento em <https://cariacica.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100330030003000370033003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.